





Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)

Análise do Portal da Transparência do Município de Capitão Enéas

Montes Claros (MG)

2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

Análise do Portal da Transparência do Município de Capitão Enéas

1. Sumário Executivo

A análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Capitão Enéas revela um cenário parcialmente satisfatório, com divulgação adequada em grupos estratégicos como receitas, despesas, transferências, recursos humanos, diárias, licitações, contratos e prestação de contas. A disponibilização desses dados permite que o cidadão acompanhe de forma básica a execução financeira e administrativa do município.

Entretanto, persistem lacunas relevantes em áreas como dívida ativa, acordos sem transferência de recursos financeiros, estagiários, terceirizados, editais de concursos, diárias fora do Estado, documentos completos de licitações, íntegra de contratos, fiscalização, obras e planejamento estratégico. A ausência de informações completas limita a fiscalização social e a análise detalhada da gestão pública, especialmente no que se refere a investimentos e planejamento de políticas públicas.

O portal possui alguns recursos de acessibilidade, como exibição do caminho percorrido, alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site, mas não apresenta o símbolo de acessibilidade em destaque, representando oportunidade de melhoria na inclusão digital.

2. Análise Detalhada por Grupo

Grupo	Itens Avaliados	Disponíveis	Percentual de Disponibilidade
Receita	3	2	67%
Despesa	2	2	100%
Convênios e Transferências	3	2	67%
Recursos Humanos	5	2	40%
Diárias	2	1	50%
Licitações	7	2	29%
Contratos	4	1	25%
Obras	4	0	0%
Prestação de Contas	6	4	67%
Planejamento	4	0	0%
Acessibilidade	5	4	80%

3. Considerações Finais

O Portal da Transparência da Prefeitura de Capitão Enéas apresenta divulgação consistente em áreas essenciais, como receitas, despesas, transferências, diárias, contratos e prestação de contas, garantindo um nível básico de acompanhamento da gestão municipal. Apesar disso, existem lacunas importantes que afetam a

fiscalização e a transparência plena. A ausência de informações completas em áreas estratégicas como dívida ativa, planejamento, obras e documentos integrais de licitações e contratos limita o controle social e a capacidade de análise detalhada das políticas públicas implementadas.

A presença parcial de recursos de acessibilidade demonstra preocupação com a inclusão digital, mas a inexistência do símbolo de acessibilidade reforça a necessidade de aprimoramentos para garantir navegação e compreensão completas a todos os usuários.

4. Recomendações

Para fortalecer a transparência e a confiabilidade da gestão pública, a Prefeitura deve priorizar a divulgação completa da dívida ativa, acordos sem transferência de recursos financeiros, estagiários, terceirizados e editais de concursos, garantindo informações detalhadas sobre servidores e políticas de pessoal. É recomendável disponibilizar a íntegra de documentos licitatórios, contratos e fiscalização, além de informações detalhadas sobre obras, seus quantitativos, status e etapas de execução.

A divulgação do planejamento estratégico, incluindo objetivos institucionais, PPA, LDO e LOA, é essencial para permitir o acompanhamento de metas e indicadores, promovendo accountability e alinhamento com a legislação vigente. Por fim, a inclusão do símbolo de acessibilidade no portal e melhorias nos recursos de navegação contribuirão para ampliar a acessibilidade digital e tornar a informação pública mais efetiva e inclusiva.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br